

CORREIO BRAZILIENSE

Na quarta parte nova os campos ará.
E se mais mundo houverá, lá chegara.
CAMÕES, e, VII e 14.

Diretor-Geral
Paulo Cabral de Araújo

Diretor-Superintendente
Edilson Cid Varela

Diretor-Responsável
Ari Cunha

Editor-Geral
Ronaldo Martins Junqueira

Gerente-Geral
Alberto de Sá Filho

Gerente Financeiro
Evaristo de Oliveira

Gerente Técnico
Ari Lopes Cunha

Gerente Comercial
Mauricio Dinepi

Solução inteligente

Saudade

Para um País com uma população na fronteira das 150 milhões de almas, as questões de saúde assumem dimensões tão vastas quanto as deficiências insusceptíveis de quantificação exata. Sabe-se que, nesse particular, o Brasil se encontra em lastimável estado carencial, no que diz respeito aos recursos técnicos e às disponibilidades de equipamentos para adequada assistência aos extratos sociais necessitados. A falta de estatísticas confiáveis, é impossível projetar, sobre o pano de fundo das preocupações nacionais, as síndromes edêmicas e epidêmicas que hoje minam a saúde do povo brasileiro. Mas a situação vista a olho nu sustenta a convicção de que a maior parte do contingente humano do País se compõe de uma fantástica procissão de enfermos, com incidência mais notável na periferia urbana das grandes metrópoles e no interior.

Tal é o vulto dessa tragédia que o Estado, malgrado omissões históricas indefensáveis, jamais pôde em prática uma política de saúde capaz de oferecer-lhe resposta eficaz. Nem mesmo na direção dos segmentos sociais economicamente ativos, as entidades assistenciais, principalmente aquelas colocadas sob jurisdição da Previdência Social, puderam retribuir as parcelas recolhidas a título previdenciário com a prestação de um serviço minimamente regular. E, com o País agora submerso na maré-montante da crise econômico-financeira, não dispõe o Governo da mais remota possibilidade de comprometer recursos para reverter esse quadro sombrio.

Dentro desse horizonte nada animador, a iniciativa do ministro da Saúde, Borges da

Silveira, de cooptar a solidariedade da iniciativa privada para mobilizar recursos destinados ao setor desponta como uma saída bastante lúcida e, seguramente, de previsíveis efeitos salutares. Como toda idéia bem inspirada, essa também desdenha de elaborações complicadas e de práticas complexas. Trata-se simplesmente de aplicar à Saúde os mesmos princípios sancionados na chamada Lei Sarney, que tantos recursos tem carreado para os programas de desenvolvimento cultural.

Consiste o mecanismo na concessão de estímulos fiscais aos investimentos na rede hospitalar pública e, pelo que se sabe ainda precariamente do projeto, na permissão ao empresariado para destinar verbas a instituições oficiais de saúde. Os novos fluxos financeiros irão proporcionar, principalmente, provisões significativas de equipamentos para as unidades de saúde, com a possibilidade de o investidor especificar a instituição beneficiada e a natureza do instrumental a ser adquirido. Segue daí a oportunidade conferida ao próprio empresário de exercer controle eficaz sobre a aplicação dos recursos liberados.

Não cessarão aí os efeitos estimados para o programa inortodoxo imaginado pelo ministro da Saúde. A aplicação de recursos na aquisição de equipamentos técnicos eliminará grande parte da capacidade ociosa das empresas do setor, com reflexos positivos no aumento das taxas de emprego. Vê-se, pois, que, até sob este aspecto singular, o plano apresenta altíssimo grau de viabilidade, daj por que mereceu integral apoio do empresariado. E, seguramente, conquistará o da sociedade.